



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150536 - MG (2021/0223894-8)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
RECORRENTE : FLAVIO ALVES PEREIRA (PRESO)
ADVOGADO : THIAGO SEBE LEAL - MG115774
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FLAVIO ALVES PEREIRA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (10000211025556001).

O recorrente foi preso em flagrante delito no dia 10 de março de 2021, por suposta infração ao art. 12 da Lei n. 10.826/03,

Sustenta que foi arbitrado fiança na delegacia de policia no valor de R\$ 3.000,00, mas ele é pobre e não tem condições financeiras de efetuar o pagamento. Defende que foi deferido o *Habeas Corpus* coletivo n. 568.693, no Superior Tribunal de Justiça, determinado a soltura de presos que tiveram liberdade condicionada a fiança. Alega que estão presentes os requisitos necessários para concessão da medida liminar, *periculum in mora e fumus boni iuris*.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência a fim de que lhe seja concedido liberdade provisória. No mérito, pede o provimento do recurso para que seja revista a decisão do primeiro piso, para lhe conceder liberdade provisória, sem o pagamento da fiança.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente